

Novo modelo de gestão — em que diretores, e não a Secretaria de Educação, pagam as contas dos colégios que administram — reduz gastos em cerca de R\$ 600 mil por mês

Escolas dão lição de economia

ERIKA KLINGL

DA EQUIPE DO CORREIO

Quando assumiu a direção da Escola Parque da 307/308 Sul, em janeiro deste ano, Delaina Reis Veras, de 35 anos, contratou um encanador para vistoriar os canos do colégio. Ela e os diretores escolhidos para as 620 escolas da rede sabiam desde a eleição do ano passado que, a partir de agora, o pagamento das contas de custeio não seria mais feito pela Secretaria de Educação. A proposta do governo é que cada escola pague as próprias despesas, incluindo água, luz e telefone para reduzir o consumo e reverter a economia em benefício da comunidade escolar. Nos primeiros meses do programa, o sucesso surpreendeu a todos. A economia de água e de luz alcançou uma média de R\$ 400 mil e R\$ 200 mil, respectivamente, por mês.

A escola de Delaina fez sua parte sem sacrificar os alunos com o fechamento das duas piscinas que fazem a alegria da garotada. Na vistoria, o encanador encontrou 15 vazamentos. Os canos foram trocados e as torneiras que fornecem água potável para a criança no pátio também. “Não sabíamos em que situação estavam os canos porque a estrutura da escola é antiga e, até então, nunca havíamos sido informados do valor das contas”, explica.

Após consertados os vazamentos a escola conseguiu uma economia de R\$ 242 mil, nos três primeiros bimestres deste ano. Foi a campeã de redução de custos (veja quadro). O dinheiro que sobra pode ser usado da maneira como decidir a comunidade escolar.

Retorno

“Vamos comprar materiais didáticos para a escola. Precisamos muito de instrumentos musicais e de uma bomba que não desperdiça água da piscina”, planeja Delaina. A aluna da 4ª série do ensino fundamental Ana Carolina Vieira Lucas, de 9 anos, aprova a economia. “Ia ficar triste se fechassem a piscina”, afirma a menina.

De acordo com Erichson Dias Noronha, da Subsecretaria de Desenvolvimento do Sistema de Ensino do GDF, a redução de despesas com água já chega a 20%, se comparados os primeiros nove meses deste ano com o mesmo período do ano passado. “Nossa economia foi de R\$ 7,2

milhões até agora. E o dinheiro é revertido para a própria escola”, explica. O Centro de Ensino Fundamental 403 de Santa Maria, por exemplo, apostou em comprar equipamentos para melhorar a segurança da escola.

O segredo do programa, segundo o secretário de Educação, José Luiz Valente, é simples: divisão de responsabilidades. “Até o ano passado, os gestores não faziam idéia de quanto a escola gastava e, por isso, a luz ficava acesa e a torneira pingando”, afirma.

Olho vivo

“Outro dia, estive numa escola da Ceilândia que, com uma pequena mudança de rotina, está economizando muito. A diretora incumbiu um servidor de só ir embora depois de passar em todas as salas apagando as luzes e nos banheiros fechando as torneiras”, comenta.

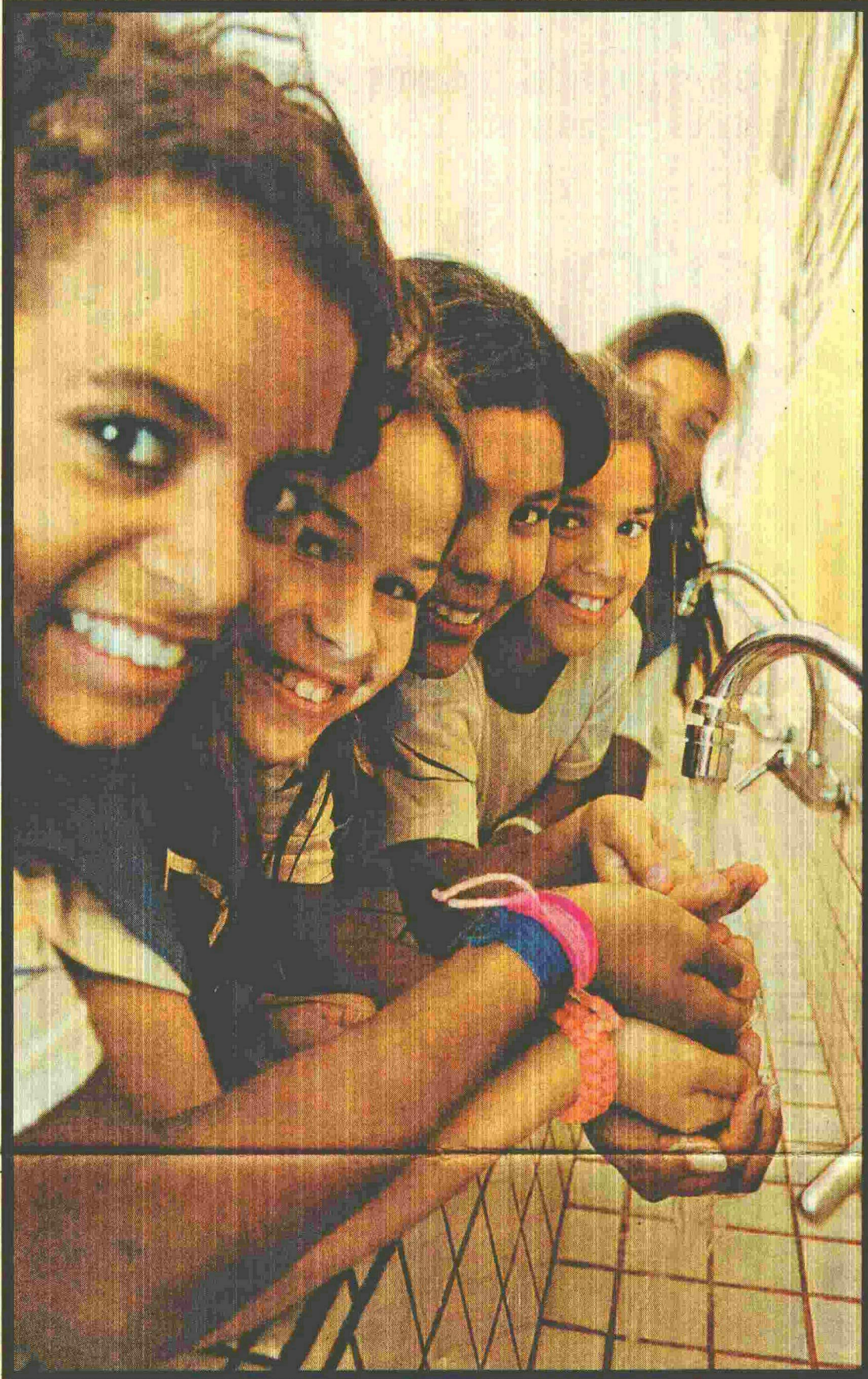
A economia das escolas faz parte de um projeto amplo da secretaria. O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf) foi criado pelo governador José Roberto Arruda, por meio do Decreto nº 28.513, de 6 de dezembro de 2007, e tem por objetivo oferecer autonomia gerencial às escolas para que cada uma possa colocar em prática seus projetos pedagógicos, administrativos e financeiros. “O Pdaf está relacionado com a gestão compartilhada das escolas públicas, que assegura os meios para diretores e vice-diretores realizarem ações de melhoria das escolas”, afirma Eunice Oliveira, secretária-adjunta de Educação.

Valores

O cálculo de quanto cada escola tem para receber foi feito a partir do número de alunos. Cada unidade de ensino recebe R\$ 38 por estudante, sendo que as de ensino especial, as escolas-parques e os centros de educação profissional recebem R\$ 11,40 a mais e as localizadas na zona rural R\$ 22,80 acima daquele valor.

A Secretaria de Fazenda liberou, até a semana passada, R\$ 22 milhões para 459 das 588 escolas que solicitaram recursos por intermédio do programa. Os recursos são referentes a três das seis parcelas as quais as escolas têm direito e podem ser usados para aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços, pagamento de água, esgoto e energia elétrica. O programa distribuirá um total de R\$ 64,4 milhões para 588 escolas.

Paulo H. Carvalho/CB/DA Press



NÃO HÁ RISCO DE FALTAR ÁGUA PARA OS ESTUDANTES DA ESCOLA PARQUE DA 307/308 SUL: SEM DESPERDÍCIOS